

# **A INTERFERÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO ÂMBITO FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL \***

**Mônica Oliveira da Silva** \*\*

**Francisco Nilton Gomes de Oliveira** \*\*\*

**RESUMO:** Existe bastante evidência histórica de que o abuso sexual de crianças tem sido em vários aspectos, uma característica de todas as gerações e de cada cultura. A violência sexual contra crianças acontece em todo o mundo e têm mobilizado diversos segmentos sociais, no sentido de se pensar formas de enfrentamento desta cruel forma de violação de direitos. O objetivo do presente trabalho é o de delinear, o ato sexual contra a criança, o relacionamento estabelecido após a vítima ser abusada no âmbito familiar e a interferência ocorrida no seu desenvolvimento infantil. Conclui-se que através deste estudo o brincar propicia a liberdade de expressão da criança, encontrando no lúdico a forma preferencial de enunciar o que se encontra no registro do inconsciente e se firmando como sujeito.

**PALAVRAS CHAVE:** Violência Sexual. Família. Brincar. Desenvolvimento Infantil.

## **1. O QUE É ABUSO SEXUAL?**

A violência sexual contra criança ocorre em todos os grupos sociais e em toda a estrutura de classes. Entre os ricos a violência contra a criança é ocultada para proteger a família, o agressor ou a criança de efeitos estigmatizantes. Entre os pobres o abuso permanece pouco visível porque famílias de classe baixa normalmente não esperam ajuda da polícia ou das instituições sociais e não notificam a violência (Azevedo e Guerra, 1993). O sistema jurídico, por outro lado, também não representa esta população sendo percebido como muito distante.

O abuso sexual aparece como uma forma específica de violência contra criança, que diz respeito ao envolvimento desta em atividades sexuais que violam tabus sociais e de papéis familiares, e às quais não são capazes de dar um consentimento maduro (Furniss, 1993).

---

\* Este trabalho faz parte integrante da Monografia de conclusão do curso de Terapia Ocupacional, realizado na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, sob orientação do Prof. Francisco Nilton Gomes de Oliveira.

\*\* Aluna do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

\*\*\* Graduado em Terapia Ocupacional pela Universidade de Fortaleza (1997), especialização pela Universidade Estadual do Ceará (2002), Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2001), Doutorando pela Universidade Federal de Pernambuco, desde 2005.

Segundo Azevedo e Guerra (1993) o abuso sexual ocorre quando alguém utiliza o outro para se satisfazer sexualmente sem que este lhe dê o livre consentimento. Tendo como qualquer conduta sexual com crianças levada a cabo por um adulto ou por outra criança mais velha: isto pode significar além da penetração vaginal ou anal na criança, também trocar seus genitais ou fazer com que a criança toque os genitais do adulto ou de outra criança mais velha, ou o contato oral-genital ou, roçar os genitais do adulto com a criança.

Cohen e Fígaro (1996, p. 149), afirmam que, o abuso sexual pode ser entendido como “qualquer relacionamento interpessoal no qual o ato sexual é veiculado sem o consentimento do outro, podendo ocorrer pelo uso de violência física ou psicológica”

A violência sexual contra crianças, seja ela intra ou extra-familiar, pode ser subdividida didaticamente em três grupos: não envolvendo contato físico (abuso verbal, exibicionismo, voyeurismo), envolvimento contato físico (carícias, coito ou tentativa de coito, manipulação de genitais, sexo oral, sexo anal) e envolvimento de violência (estupro, assassinato) (AZEVEDO e GUERRA 1995).

Faleiros (2000), afirma que em geral, o abuso fica cercado por um complô de silêncio, visto que este é um ato que envolve medo, vergonha, culpa e que desafia tabus culturais (especificamente o sexo e a sexualidade da criança) e aspectos das relações de interdependência. O silêncio pode ser compreendido como uma tentativa de preservar o núcleo familiar, evitando dar-se conta da contradição existente entre o papel de proteção esperado da família e a violência que nela se dá.

## **2. A Relação da Família com a Criança Abusada**

Segundo Engels (1985), o enigma de como a família verdadeira veio a ser substituída pelo clã totêmico talvez deva permanecer insolúvel até que a natureza do próprio totem possa ser explicada. Ao mesmo tempo, é de se observar que se existisse um certo grau de liberdade de relações sexuais fora do casamento, o parentesco de sangue e, conseqüentemente, a proibição do incesto, tornar-se-iam tão incertos que a proibição teria necessidade de uma base mais ampla.

O abuso sexual contra crianças freqüentemente ocorre na família, através do pai, do padrasto, do irmão ou outro parente qualquer. Mas, comumente, quem abusa sexualmente de

crianças são pessoas que a mesma conhece e que, de alguma forma, podem controlá-la. Outras vezes, o abuso ocorre fora de casa, como por exemplo, na residência de um amigo da família, na casa da pessoa que toma conta da criança, na casa do vizinho, de um professor ou mesmo de um desconhecido. Esta pessoa, em geral, é alguma figura de quem a criança gosta e em quem confia. Por isso, quase sempre acaba convencendo a criança a participar desses tipos de atos por meio de persuasão ou ameaças. É neste ponto que a mesma se pergunta como alguém em quem confia, de quem ela gosta, que cuida e se preocupa com ela, pode ter atitudes tão desagráveis (CASEY, 1989).

De acordo com Furniss (1993), abusar é precisamente ultrapassar os limites e, portanto, transgredir. Abuso contém ainda a noção de poder, ou seja, o abuso de poder ou de astúcia, abusar da confiança, da lealdade, o que significa que houve uma intenção e que a premeditação estão presentes.

Acredita-se que a forma mais traumática de abuso é aquela consumada por um pai, seja biológico ou adotivo também conhecido como relação incestuosa. Quando se considera que abusos cometidos sem contato físico causam danos, pode parecer que eles causam menos danos que aqueles que envolvem contatos, mas é importante ressaltar que nunca deixam de causar algum tipo de dano emocional. Deve-se sempre considerar que se trata de atividades sexuais inadequadas para a idade e o desenvolvimento psicosssexual da criança ou do adolescente, sendo sempre impostas por coerção, violência ou sedução e que, transgridem os tabus sociais (AZEVEDO e GUERRA, 1995).

Nessa perspectiva, os abusos sexuais, ao contrário do que se imagina, não são praticados apenas por marginais ou desequilibrados mentais. Sua ocorrência é bastante comum em todas as classes sociais e econômicas. Acontece em países pobres e ricos, com pessoas de boa condição financeira, de boa aparência, como também pode acontecer com pessoas de boa condição financeira, de boa aparência, como também pode acontecer com pessoas de classe social menos favorecida, ou seja, na prática do abuso sexual intrafamiliar, não há distinção de raça, credo, etnia ou classe econômica. É uma prática que acontece independente da idade, do nível financeiro, da classe social e da localização geográfica (CASEY, 1989).

Essa perspectiva era silenciosa quanto à problemática da vítima, tendo que se render às evidências que foram se acumulando de que poucos pais eram mentalmente perturbados. Tal

constatação contribuiu para a mudança do foco, passando-se do modelo médico para um modelo multidisciplinar que inclui os aspectos culturais e sociais (PERES).

As considerações médicas, a análise das queixas apresentadas à polícia e as declarações dadas à justiça deixam transparecer que os autores dos abusos sexuais contra crianças, na sua quase totalidade são de responsabilidade exclusivamente dos homens. Embora o abuso possa vitimizar também meninos, sendo mais comum contra o sexo feminino (COHEN e FÍGARO, 1996).

Afirma Freud (1967), que os cuidados maternos que se estendem aos filhos a um período maior do que o necessário, como mães que amamentam filhos de três anos de idade ou dão banho em filhos praticamente adolescentes, podem ser relações abusivas, mas que oferece mais dificuldade de serem percebidas como tal.

Cohen e Fígaro (1996) afirmam que o abuso sexual da criança também acontece em famílias com um relacionamento mãe - filha próximo e protetor. Porém, o abuso não continuará através dos anos, essas mães geralmente são pessoas que revelam, elas mesmas, o abuso. Elas captam os sinais de abuso sexual por parte das crianças, que falam a respeito e são acreditadas, tomando medidas para proteger a mesma e induzindo-a a fazer uma revelação.

Quando o incesto ocorre observa-se que ele afeta, confunde, desampara, separa os vínculos familiares. Na relação incestuosa há sempre alguém que pratica e alguém que sofre, mas não podemos reduzi-la somente às pessoas diretamente implicadas. Uns podem ser mais ou menos atingidos, mas todos de alguma maneira testemunham consciente ou inconscientemente o que ocorre na família. Portanto o incesto deve ser considerado uma problemática familiar e não individual (FERRARI, 2002).

Ferrari (2002) acredita que quando uma família incestuosa mobiliza-se no sentido de procurar algum auxílio externo, no caso a justiça, como uma tentativa de solucionar este problema, é um indício de que esta família deseja um limite, deseja parar com este tipo de relação entre seus membros, mas não é capaz de realizar isto sozinha. A ocorrência de um incesto denuncia a falta ou, pelo menos, a falha no processo de recalçamento dos desejos fazendo com que a pessoa quebre os limites geracionais e atue o incesto com familiar.

Entender o abuso sexual intrafamiliar implica ter uma compreensão histórica e

psicossocial do indivíduo e da família. Quando uma família apresenta padrão abusivo de relacionamento interpessoal, está revelando as cicatrizes de sua história pessoal dentro de um contexto histórico-cultural de determinada sociedade, como nos ensinam AZEVEDO E GUERRA (1995).

Se a violência intrafamiliar é construída histórica, psicológica e socialmente, é impossível apontar apenas uma única causa para tal problemática. É preciso, portanto observar as características tanto pessoais como circunstanciais dos membros familiares envolvidos, as condições ambientais em que ocorre o fenômeno, as questões psicológicas de interação, o contexto social e as implicações socioeconômicas (LEVISKY, 1997).

A razão individual para os pais, parentes ou desconhecidos se tornarem pessoas que abusam serem incapazes de proteger, podem ser muito variadas: ambos podem ter sofrido abuso físico ou sexual quando crianças, a experiência individual de vida dos pais faz com que muitas vezes seja compreensível por que eles reagem do modo como o fazem e por que escolhem uma ao outro como parceiros, frequentemente recriando o padrão familiar de suas próprias famílias de origem (ENGELS, 1985).

Segundo Jurandir Freire Costa “o ser humano não é como os animais que têm suas defesas e seu destino programado pelo instinto. Ao contrário, ele precisa de proteção de artefatos culturais bem afinados, que dêem direção à sua vida e que protejam dos perigos naturais e de angústia existencial”.

### **3. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: a utilização do brincar terapêutico com crianças vitimizadas.**

Desde o momento em que nascem e à medida que crescem, as crianças aprendem a agir e a se relacionar com o ambiente, físico e social, em que vivem, um mundo de sentimentos, de interações, de objetos que aos poucos, amplia-se e que elas procuram compreender WINNICOTT (1975). Dessa maneira constroem conhecimentos sobre a realidade e se percebem como indivíduos únicos entre os outros indivíduos.

A maneira de brincar das crianças evolui à medida que crescem. O desenvolvimento físico, intelectual e social relaciona-se progressivamente com as formas de brincadeiras mais complexas envolvendo símbolos e regras. O brincar deixa de ser vista como uma atividade

física e passa a ser privilegiado porque é necessário ao ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento da criança. Brincar é sinônimo de aprender, pois constrói um espaço para pensar, avançando a criança em seu raciocínio, desenvolvendo o pensamento e estabelecendo contatos sociais (BROUGÉRE, 1998).

Para Winnicott (1975, p. 63),

O desenvolvimento infantil considera que o ato de brincar é mais que a simples satisfação de desejos. O brincar é o fazer em si, um fazer que requer tempo e espaços próprios; um fazer que se constitui de experiências, culturais, que é universal e próprio da saúde, porque facilita o crescimento, conduz aos relacionamentos principais, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo (a criança) e com os outros.

Bettelheim (1998), afirma que através das brincadeiras que a criança realiza, pode-se entender como a mesma, percebe e constrói o mundo, além da maneira que utiliza para expressar suas dificuldades. A brincadeira possibilita a criança solucionar de forma figurada problemas não resolvidos anteriormente e enfrentar direta ou simbolicamente questões atuais.

Brincando, a criança compreende as características dos objetos, como funcionam, os elementos da natureza e os acontecimentos da sociedade. A brincadeira compõe o ato privilegiado de desenvolvimento da criança. Nela estimula-se, o afeto e a linguagem, percepção e a memória entre outras funções cognitivas, são aspectos intimamente interligados. A brincadeira cria condições para uma transformação significativa da consciência infantil por permitir formas mais complexas de relacionamentos com o mundo (FRIEDMANN, 1998).

Segundo Vygotsky (1998, p. 131):

O brinquedo cria na criança uma nova forma de desejos a um “eu” fictício, ao seu papel no jogo e suas regras. Desta maneira as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade.

Através do brincar, da brincadeira, a criança pode desenvolver a imaginação, a confiança, a auto-estima e a cooperação. O modo como a criança brinca revela seu modo

interior, e isso permite a interação da criança com outras crianças e a formação de sua personalidade (TAKATORI, 2003). Para isso é preciso que em seu ambiente de convívio sejam favorecidas condições que promovam situações de acordo com as necessidades das crianças, oportunizando estimulação ao seu desenvolvimento integral.

“O brincar é uma atividade que a criança começa desde seu nascimento no âmbito familiar” (Kishimoto, 2002, p. 139) e continua com seus pares. Inicialmente, ela não tem objetivo educativo ou de aprendizagem pré-definido. A maioria dos autores afirmam que ela é desenvolvida pela criança para seu prazer e recreação, mas também permite a ela interagir com pais, adultos e outros familiares, bem como explorar o meio ambiente.

Segundo Roza, (1993) a criança é um ser em desenvolvimento, sua brincadeira se estrutura com base em suas capacidades e habilidades em cada momento dos estágios de desenvolvimento infantil. Pode-se entender melhor essa idéia, como exemplo, a mesma aos seis meses e aos três anos de idade tem possibilidades diferentes de expressão, comunicação e relacionamento com o ambiente sociocultural no qual se encontra inserida. Ao longo do desenvolvimento, portanto, as crianças vão constroem novas e diferentes competências, no contexto das práticas sociais, que irão lhes permitir compreender e atuar de forma mais ampla no mundo.

A brincadeira das crianças evolui mais nos seis primeiros anos de vida do que em qualquer outra fase do desenvolvimento humano e neste período, se estrutura de forma bem diferente de como a compreenderam teóricos interessados na temática (BROUGÈRE, 1998). A partir da brincadeira, a criança constrói sua experiência de relacionamento com o meio externo ao habitual de maneira ativa e vivencia experiências de tomadas de decisões. Em um jogo qualquer, ela pode optar por brincar ou não, o que é característica importante da brincadeira, pois oportuniza o desenvolvimento da autonomia, criatividade e responsabilidade quanto a suas próprias ações.

De acordo com Ginott (1979), o desenvolvimento infantil se encontra particularmente vinculado ao brincar, uma vez que este último se apresenta como a linguagem própria da criança, através da qual lhe será possível o acesso à cultura e sua assimilação. O brincar se apresenta como fundamental tanto ao desenvolvimento cognitivo e motor da criança quanto à sua socialização, sendo um importante instrumento de intervenção em saúde durante a infância. Nesta posição de descobridores, adquirem novas habilidades (as funções do brincar

estão ligadas à construção do próprio corpo), enfrentam emoções complexas e conflitantes reencenando a vida real.

Segundo Parhan, (2002) brincar significa uma dinâmica, uma maneira de pensar e agir. É uma simbologia, uma linguagem, um modo de ser. Brincar é prazer, é descontração, divertimento que mesmo os adultos, mantêm de forma diferenciada a atitude do brincar.

O universo infantil está presente em cada uma das fases da vida do ser humano. As experiências da infância deixam profundas marcas na personalidade humana e, mesmo de forma inconsciente, nos gestos, nas falas e nos costumes, elas afloram naturalmente. Os brinquedos, as brincadeiras e o brincar integram esse leque de experiências vividas (POLLETTTO, 2005).

Prado (2005) relata que, através desta ferramenta (o brincar), a criança se projeta nas atividades realizadas pelos adultos imitando as reações e comportamentos, procurando ser coerente com os papéis assumidos. No brinquedo ela se comporta sempre indo além das atitudes normais de sua idade. Apresentando um maior grau de maturidade, divergente do que possui na realidade.

Valle (1993), ressalta que desta maneira, inconscientemente, a criança prepara-se para a fase adulta. A imitação realizada na brincadeira possibilita que a criança internalize valores, modos de agir e pensar do meio em que vive. Fatores esses que orientarão o seu próprio comportamento e desenvolvimento cognitivo-afetivo-social.

É importante salientar que o brincar, para a criança, não é apenas se divertir. É coisa séria que lhe proporciona prazer, é princípio determinante na vida da mesma. Brincado, ela está, acima de tudo, se desenvolvendo, fornecendo estruturas para mudanças das necessidades e de consciência (VALLE, 1993).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema da violência sexual tornou-se, nas últimas décadas, um vasto campo de estudos de diversas áreas do conhecimento, focalizado sob diferentes vertentes analíticas. Neste trabalho buscou-se refletir sobre a violência não pela ótica da violação ou transgressão de normas, mas sob o prisma da relação hierárquica de poder intra-familiar como meio de exploração e domínio, além do processo de coisificação, ou seja, anulação do sentimento de

individualização da criança vitimizada.

Neste contexto, a violência foi percebida pela manutenção e conversão de uma diferença, ou assimetria, em uma relação hierárquica de desigualdade, com fins de sujeição, opressão e exploração da criança, no tocante a prática sexual. Em segundo lugar, como apresentado acima, a ação que trata a criança não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, passividade e silêncio da vítima, de modo que, por atitude do agressor, a criança é física e psicologicamente impedida ou anulada em sua vontade, até mesmo de denunciar, pela ameaça da recorrência ou potencialização da violência.

Grandes problemáticas são construídas no processo de desenvolvimento físico e cognitivo da criança vitimizada, por meio do abuso sexual. A idéia de modelo ideal de família, e os aspectos de segurança, auto-confiança e autonomia são intrinsecamente abalados.

Todo o acúmulo de traumas e influxos nocivos ao desenvolvimento podem ser trabalhados e exteriorizados por diversas ferramentas de intervenção utilizadas pelos mais diversos campos da saúde e da psicologia. Como uma das mais produtivas e possuidoras de maior bagagem e maleabilidade de trabalho apresenta-se o brincar terapêutico.

Visando favorecer o entendimento da relação da criança com o meio em que está enserida, em principal, com a sua família, o brincar é ferramenta ímpar de exteriorização das dificuldades e auto-conhecimento, para o favorecimento à criança vitimizada, da quebra do processo de culpa, por vezes associado a casos semelhantes, e um possível desenvolvimento normal.

## **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. A. **Violência Doméstica na infância e na adolescência.** São Paulo: Robe Editorial, 1997.

\_\_\_\_\_. **Infância e violência Doméstica: fronteiras do conhecimento.** São Paulo: Cortez, 1993.

BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, T.M. **O brincar e suas**

**teorias.** São Paulo: Pioneira, 1998.

CASEY, James. **História da Família.** Lisboa: ed. Teorema, 1989.

COHEN, C.; FÚGARO, C. J. Crimes relativos ao abuso sexual. In: Cohen, C.; Ferraz, F. C. e Segre, M. (org). **Saúde mental, crime e justiça.** São Paulo: ed. Universidade de São Paulo, 1996.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1985.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência e violência.** Consequência da realidade brasileira. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1997.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Thesaurus, 2000.

FERRARI, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. **O fim do silêncio na violência familiar. Teoria e Prática.** São Paulo: Ed. Agora, 2002.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança.** Uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre: ed. Artes Médicas, 1993.

FRIEDMANN, Adriana. **O direito de brincar.** 4 ed. São Paulo: Abrinq, 1998.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu e outros trabalhos.** Volume XIII (1913 – 1914). Ed. Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago/ 1967.

GINOTT, Hain G. **Psicoterapia de grupo com crianças: a teoria e a prática da ludoterapia,** Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade.** 1. ed. Rio de janeiro: Imago, 1975.

PARHAN, L. Diane; FAZIO, LINDA S. **A recreação na terapia ocupacional pediátrica.** 1. ed. São Paulo: Santos liv. Ed., 2002.

PERES, Andréia. **Incesto: quebrando o silencio.** MARIA, Maria. Revista do Fundo de Desenvolvimento das Noções Unidas para Mulher (UNIFEM), número 0, ano I. p. 34.

POLLETO, Raquel Conte. **A ludicidade da criança e sua relação com o contexto familiar.** Estudos de psicologia. [on line]. Jan.Abril. 2005, vol.10, no 1, p.67-65. Disponível em: <<http://www.scielo.br/sicelo.php>>. Acesso em: 29/04/2008.

PRADO, Teresinha F. de Almeida. **O brincar nos primeiros meses de vida.** Apostila de terapia ocupacional do curso básico neuroevolutivo conceito Bobath. 2005. p.100.

ROZA, S. E. **Quando Brincar é Dizer: a experiência psicanalítica na Infância,** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

VALLE, Vera Lucia Martins. **Criança brincando é coisa séria.** Revista Viver Psicologia, São Paulo: v.1, n. (11), p. 20-4, Junho, 1993.

TAKATORI, Marisa. **O Brincar no cotidiano da criança com deficiência física:** reflexões sobre a clínica de terapia ocupacional. São Paulo: Atheneu, Centro Universitário São Camilo, 2003.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.